

EFEITOS DOS GASTOS PÚBLICOS EM EDUCAÇÃO, SAÚDE E TRABALHO NO ÍNDICE FIRJAN DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL EM SÃO PAULO¹

Alexandre Wállice Ramos Pereira
alexandre.ufcg.adm@gmail.com

Janayna Arruda Barroso
janaynaabarroso@ymail.com

Leandro Campi Prearo
leandro.prearo@prof.uscs.edu.br

Luís Paulo Bresciani
luis.bresciano@prof.uscs.edu.br

Palavras-chave: Índice FIRJAN. Funções de governo. Gastos públicos. São Paulo.

1. INTRODUÇÃO

A partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, o Brasil presenciou um intenso processo de descentralização política, administrativa e fiscal, buscando conferir aos municípios uma maior autonomia para a formulação e implementação de políticas públicas no âmbito local, bem como para decidir sobre a melhor forma de alocação e gestão dos gastos públicos referentes a essas políticas (JACCOUD *et al.*, 2019).

Algumas pesquisas estudaram a questão dos gastos públicos e sua relação com o nível de desenvolvimento humano (DE OLIVEIRA, 2016), com outros indicadores sociais (AVELINO; BRESSAN; DA CUNHA, 2013). Em se tratando desses índices, é possível constatar a existência do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e do Índice da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN) de Desenvolvimento Municipal (IFDM), entre outros. O IFDM merece destaque, por ser um estudo anual realizado em todo o Brasil, o qual avalia o desenvolvimento humano, econômico e social.

Estudos buscaram estudar o Índice FIRJAN e sua comparação com a evolução do Produto Interno Bruto (PIB) (SILVA; BRITO, 2019), por exemplo. Relacionado ao Estado de São Paulo, verificou-se um estudo realizado em 2019 que fez uma descrição crítica dos

¹ Trabalho apresentado no Eixo Gestão para o Desenvolvimento e Regionalidade do ENGECE, realizado de 25 a 27 de outubro de 2021.

principais índices de medição do desenvolvimento dos municípios do Estado, apontando suas virtudes e limitações, quais sejam: o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) e o Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS).

Considerando esses estudos, embora a maioria tenha associado o IFDM com vários indicadores, note-se, porém, que não há em nenhum deles a análise da relação entre o desempenho do Índice FIRJAN com os gastos específicos nas funções de governo “Educação, Saúde e Trabalho”, em âmbito municipal. Além disso, observa-se que a maior parte das pesquisas se concentrou em amostras menores, abarcando capitais ou uma região específica do país. Sendo assim, uma análise envolvendo todos os municípios do Estado de São Paulo pode se configurar como uma oportunidade para contribuir com evidências sobre a dinâmica dos gastos públicos em funções de governo de maior impacto na vida da população.

1.1. Pergunta Problema e Objetivos

A pesquisa buscou responder à seguinte questão: Qual a relação entre os gastos em educação, saúde e trabalho dos municípios do Estado de São Paulo e sua relação com o desempenho do IFDM nessas cidades? Como objetivo: avaliar as correlações existentes entre os gastos públicos das funções de governo (Educação, Saúde e Trabalho) das cidades paulistas e os resultados do IFDM.

1.2 Justificativa

A análise da relação entre gastos públicos e os seus efeitos no desempenho do IFDM, como propõe esse trabalho, pode ser relevante aos gestores públicos locais no sentido de permitir avaliações e tomadas de decisões, bem como norteá-los para obter um melhor desenvolvimento municipal, em especial para a concretização das políticas relativas às funções governamentais de educação, saúde e trabalho. Ademais, a pesquisa se justifica ao contribuir com outra abordagem territorial, especialmente ao englobar 607 municípios do Estado de São Paulo, buscando avaliar os reflexos dos gastos governamentais por função da despesa pública no referido.

2. METODOLOGIA

Para avaliar as correlações existentes entre os gastos públicos das funções de governo

(saúde, educação e trabalho) e o IFDM utilizou-se de uma abordagem quantitativa valendo-se de técnicas e análises estatísticas a fim de entender as relações entre as variáveis pesquisadas.

No que tange à coleta de dados, foram coletadas informações, no período de fevereiro a abril de 2020, no banco de dados da Finanças do Brasil dos Municípios (FINBRA), o qual contém informações sobre o volume de investimentos nas áreas de saúde, educação e trabalho, ou seja, foram levantados, os gastos públicos realizados no período de 2013 a 2016, pelos municípios pesquisados. O ano de 2016 foi o último a ser pesquisado pelo fato ser o exercício mais recente disponibilizado no FIMBRA.

Adicionalmente, foram coletadas outras informações junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), como por exemplo a população, a fim de calcular *a per capita* de cada município em questão. Por último, foram levantados os IFDM dos municípios na base de dados da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN).

Quanto às técnicas e análises estatísticas utilizadas, optou-se pela técnica estatística de análise discriminante, a fim de verificar a influência das variáveis numéricas (despesas públicas) sob uma variável categorizada (IFDM geral). Para tanto, foram necessárias a realização de algumas etapas, a saber:

1. Verificação da estatística descritivas das variáveis dependentes e independentes;
2. Remoção dos *outliers*;
3. Verificação da normalidade das variáveis independentes por meio do teste de normalidade de *Shapiro Wilk*;
4. Análise discriminante múltipla.

Uma outra etapa de análise quantitativa dos dados envolveu testes estatísticos e a descrição dos resultados encontrados foram analisados através do *software* SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Partindo de uma avaliação global dos dados, desde a elaboração da base de dados representada pela estatística descritiva, já ficou evidente comportamentos atípicos, pois os valores das despesas em trabalho eram em sua maioria nulos. Este comportamento influenciou as funções de Fisher que descrevem os grupos categorizados.

Das quatro variáveis selecionadas, somente a variável Despesa – Educação é significativa para o modelo, ou seja, somente ela possui impacto na classificação. Entretanto,

são necessários novos desenvolvimentos para que seja possível estimar o IFDM com apenas uma das dimensões associadas ao índice.

O grau de eficiência do modelo de classificação foi atestado pelos resultados da classificação. A eficiência agrupada do modelo foi de 28,6%, apontando que o modelo apresenta uma precisão muito baixa. Pela análise de Lambda de Wilks observou-se que a variável independente educação é a que mais discrimina os grupos, pois o valor T foi menor que 0,01.

Por último, ficou evidente que não existe relação de dependência entre as variáveis Despesa-Saúde, Despesa-Educação e Despesa-Trabalho (variáveis independentes), com o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), ou seja, os valores investidos nas funções de governo citadas não fazem variar o IFDM, o que vem ao encontro do que os autores Faria *et al.* (2008), Will (2014) e Dias *et al.* (2014) apontam em seus estudos, a não relação dos gastos em educação e os índices de eficiência. Os estudos destes autores foram relacionados somente ao gasto com educação e este estudo denota a não relação também com os gastos com saúde e trabalho.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudou avaliou se existe correlação entre os gastos públicos das funções de governo (saúde, educação e trabalho) e o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) Ao analisar os gastos públicos das funções de governo Educação, Saúde e Trabalho dos municípios do Estado de São Paulo, por meio do site das Finanças do Brasil dos Municípios (FINBRA) no período de 2013 a 2016, percebeu-se que a maioria dos municípios de São Paulo não realizam nenhum investimento na função Trabalho.

Os dados apontaram para um maior investimento na Função Educação, seguidos pelos investimentos na Função saúde. Isto se deve ao que foi imposto por lei na constituição de 1988, onde foram definidos limites mínimos de gastos com as duas funções, sendo que, o percentual mínimo de gasto em educação (25%) é maior do que o mínimo em saúde (15%). A constituição de 1988 não prevê limites mínimos de gastos com a Função Trabalho, o que pode ter um efeito direto em relação ao não investimento nesta função na maioria dos municípios do estado de São Paulo.

Sabendo que a Função Trabalho está ligada à melhoria das condições de vida da população, sendo considerada como direito social, os resultados deste estudo trazem levantam a necessidade de que sejam impostos percentuais mínimos para a investimentos

em trabalho, já que os investimentos nesta função são de livre escolha do gestor.

Diante dos resultados obtidos por meio da análise discriminante, o comportamento das variáveis apontou que não existe correlação entre os gastos das Funções de governo contemplados neste estudo e o IFDM, ou seja, a variação do IFDM não tem nenhuma dependência com os gastos efetuados nos municípios nas funções em que foram balizados nesta pesquisa.

Sugere-se para pesquisas futuras realizar a análise discriminante do IFDM, separando os índices por suas dimensões, bem como relacionando com as funções de governo em separado. A maior dificuldade em realizar esta pesquisa foi na formação da base de dados, pois se tratou de uma amostra relativamente grande.

REFERÊNCIAS

AVELINO, B. C.; BRESSAN, Valéria Gama Fully; DA CUNHA, Jacqueline Veneroso Alves. Estudo sobre os fatores contábeis que influenciam o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) nas capitais brasileiras. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)**, v. 7, n. 3, 2013. Disponível em: <http://repec.org.br/repec/article/view/993>. Acesso em 25 mar. 2020.

DIAS, H. L., CAGNINI, W., Camargo, S. R. Análise da eficiência dos gastos públicos com educação nos municípios do Sudoeste do Paraná. Artigo apresentado no **XXII Congresso Brasileiro de Custos**, Natal, RN, 2014. Disponível em: <http://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/3770/3771>. Acesso em 14 fev 2020.

FARIA, F. P., JANNUZZI, P. D., SILVA, S. D. Eficiência dos gastos municipais em saúde e educação: uma investigação através da análise envoltória no estado do Rio de Janeiro. **Revista de administração pública**, v.42, n.1, p.155-17, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/zNQrdqspLTChSzHTvW3Hbs/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 22 fev. 2020.

JACCOUD, L. B. Organizadora *et al.* **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**, 2009. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3234>. Acesso em 14 fev. 2020.

OLIVEIRA, Leandro Saraiva Dantas de. **As despesas públicas municipais como determinante no desenvolvimento humano**, 2016. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/20890>. Acesso em 20 mar. 2020.

SILVA, R. F. G.; BRITO, L. A. P. F. Crescimento econômico e desenvolvimento econômico: uma análise pelo índice FIRJAN e PIB per capita do município de São José dos Campos–SP. **Gestão e Desenvolvimento em Revista**, v. 5, n. 2, p. 59-68, 2019. Disponível em: <http://saber.unioeste.br/index.php/gestaoedesenvolvimento/article/view/23340>. Acesso em 14 abr. 2020.

WILL, Anderson Renan et al. **Eficiência dos estados brasileiros nos gastos com educação: um estudo comparativo de recursos utilizados e resultados alcançados**. 2014. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/129085>. Acesso em 20 fev. 2020.